

## Introdução

# Uma maneira de contar a história

Haverá pouca história tão difícil de fazer como a história da época moderna. Não é que existam «fontes a menos» e, portanto, se saiba pouco sobre ela. O problema é antes o de se «saber demais». Na verdade, o comum das pessoas acha que sabe imenso sobre uma série de coisas que então se passaram, sobretudo em Portugal. A história que se fez desde há séculos – por vezes quase desde o momento em que os factos se passaram – fixou no senso comum uma série de imagens, que hoje estão tão enraizadas que custa muito removê-las ou mesmo apenas revê-las. Por exemplo, ao falar das grandes figuras da história de Portugal, desde D. Sebastião até ao Marquês de Pombal, passando por Vasco da Gama, o Infante D. Henrique ou D. João V, é evocada toda uma série de ideias, de sentimentos, de apreciações ou, mesmo, de elementos iconográficos, muitos dos quais hoje se sabe já não corresponderem a qualquer verdade histórica. Neste sentido, a história banaliza-se, tornando-se numa galeria de representações esperadas e já sabidas.

Por outro lado, trata-se de uma época «moderna», ou seja, já nossa parente, com a qual cremos ter muito em comum. Então se o tema é «época moderna em Portugal», trata-se da «nossa» época na «nossa história». Combinação fatal para um entendimento correto da história. De facto, a melhor maneira de fazer história é romper

com as ideias feitas e com os lugares-comuns, procurando retratos mais libertos dos nossos sentimentos e do nosso saber intuitivo. Mas liberto, também, da nossa atual maneira de sentir, de pensar, de agir e de reagir. Fazendo a história assim, o passado surge-nos como algo de diferente e inesperado, que documenta a fantástica variedade dos homens e das culturas.

Se estivermos atentos à diversidade do mundo atual, já nos damos conta de que os homens são muito diversos entre si, como muito diversas são as suas formas de viver e de conviver. Mas a história, contada como um relato da diversidade, ainda amplia mais essa riqueza do humano, mostrando-nos outras formas de viver, de sentir a vida e de organizar. Nesse sentido, a história constitui uma galeria, não de tipos familiares e previsíveis, mas de tipos estranhos e inesperados. Os nossos trisavôs, de que a história moderna se ocupa, eram, de facto, uns sujeitos bizarros, com os quais teríamos seguramente muita dificuldade em nos entendermos. É isso, essa visão inusitada e talvez incómoda, que compete aos historiadores profissionais reconstituir.<sup>1</sup>

\*

O objetivo deste livro é o de reunir elementos interpretativos para se entender a lógica de organização política e social da monarquia portuguesa dos séculos XVI a XVIII. Salientando como as suas instituições e a sua vida política assentam numa forma de pensar o homem, a sociedade e o mundo que é tão característica dessa época como é diferente da que hoje temos.

Vamos percorrer vários aspetos da vida política, identificando os grandes traços que caracterizam a sua organização. Passaremos pelos aspetos mais nucleares do modelo político – a que chamaremos

---

<sup>1</sup> Ver António Manuel Hespanha, *Poder e Instituições no Antigo Regime. Guia de Estudo* (Lisboa: Cosmos, 1992); António Manuel Hespanha, *Cultura Jurídica Europeia. Síntese de Um Milénio* (Coimbra: Almedina, 2012), cap. 3.6.

constitucionais. Descreveremos o que se entendia ser o governo e as suas áreas, bem como as maneiras adequadas de governar. Veremos como se distribuía esse governo, entre os centros e as periferias. Entraremos mais em detalhe no funcionamento de alguns órgãos de governo, como o rei, as cortes, os grandes conselhos e tribunais da monarquia. Avaliaremos as suas extensões regionais e o modo como se relacionavam com os concelhos e as comunidades periféricas. Voltaremos a olhar para a coroa e para os seus meios de controlar, destacando de entre eles, as finanças e a milícia. Analisaremos o governo ultramarino, avaliando a sua especificidade em relação ao metropolitano e o seu grau de dependência em relação ao centro. E, a esta luz, encararemos as duas grandes crises políticas da época, a União Ibérica e a Restauração, procurando ver para além da tradicional perspetiva «nacionalista» que, na verdade, parece confundir mais do que esclarecer.

Nesta recapitulação de um período da história moderna portuguesa procuramos desviar-nos de *clichés* e de ideias feitas. Insistimos muito nos factos, sobretudo em factos massivos cuja lógica de conjunto normalmente escapa a abordagens impressionistas ou dirigidas por ideias prévias. Não raramente, o que surge é quase o contrário do que se imaginava encontrar. Isso acontece, por exemplo, em dois temas mais monográficos de que aqui tratamos – o sentido político global da reforma dos forais de D. Manuel I e a reação das cortes de 1641 à restauração de uma dinastia portuguesa. No primeiro caso, o que se desvanece é o alegado sentido centralizador que se dava à medida. No segundo, o que não se confirma é esse entusiasmo coletivo perante a mudança política ocorrida no centro da monarquia. Outros capítulos também serão surpreendentes para os leitores menos informados acerca do modo como a historiografia atual vai mudando a imagem do passado. Aquela imagem de um reino centralizado desde cedo não é a que propomos como adequada ao que as fontes históricas nos dizem. O mesmo acontece com a imagem de um «império» colonial com um projeto pensado, uma unidade de mando e uma administração controladora e despótica da empresa colonial. Mesmo nos aspetos mais técnicos – mas não menos decisivos para entender a lógica de conjunto

–, como a gestão da fazenda e a organização militar, notamos a mesma falta de um centro e de um cérebro. Tudo se reparte por muitos comandos, tudo obedece a lógicas particulares, frequentemente contraditórias, e tudo reage aos esforços de centralização que a situação militar seiscentista torna urgentes. Se tivéssemos estendido mais a análise para elementos mais afastados da tradicional história política – como o modelo espacial, a fronteira e mesmo os sentimentos de identidade –, encontraríamos a mesma falta de unidade. A monarquia era, afinal, um corpo compósito, permanentemente negociado com outros poderes que concorriam com o da coroa. E por detrás deste pluralismo político estava um claro pluralismo identitário, em que identidades regionais, de género, de estatuto jurídico, social ou religioso, de profissão, complicavam aquela identidade «nacional» que nós hoje damos como existente e que, ao contar a história, transformamos num dos principais motores dos acontecimentos.

Esta minha tentativa de reinterpretação da história político-institucional portuguesa da época moderna começou há mais de trinta anos, com o que então foi a minha tese de doutoramento – *As Vésperas do Leviathan*.<sup>2</sup> Nesse livro, os traços principais do modelo que ainda hoje proponho ficaram esboçados. Assim como ficou feito o levantamento de muitos dados de base para a reconstrução dos mecanismos de poder, nomeadamente do poder secular. Descrevi o estatuto jurídico do oficialato da coroa, senhorial, dos concelhos, bem como levei a cabo uma detalhada descrição dos seus efetivos e rendimentos. Listei e cartografei as terras com jurisdição separada e descrevi o seu regime institucional e corpo de oficiais. Identifiquei os senhorios existentes, fiz a sua breve história, desenhei a sua mancha geográfica, avaliei o seu peso populacional e os quadros de oficiais e analisei o seu regime jurídico. Foi sobre esta base que a pesquisa que dediquei a este assunto avançou nas

---

<sup>2</sup> António Manuel Hespanha, *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal, Século XVII* (Lisboa: ed. autor, polic., 1986, 2 vol.); ed. castelhana, algo modificada: *Vísperas del Leviathan. Instituciones y poder político (Portugal, siglo XVII)* (Madrid: Taurus, 1989); versão portuguesa, reduzida em relação à primeira, *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal, Século XVII* (Coimbra: Almedina, 1994).

décadas seguintes, agora focando temas mais monográficos ou situados numa certa conjuntura política concreta.

Neste livro, não retomo o que já ficou dito em 1986, a não ser de forma remissiva. Mas reúno e sistematizo o que fui apurando até hoje, a propósito de temas mais específicos, completando o quadro estrutural inicialmente traçado.

A minha longa viagem pela história político-institucional portuguesa na época moderna concretizou-se, assim, em três livros. No primeiro – *As Vésperas* –, descrevi os elementos estruturais. No segundo – *Como os Juristas Viam o Mundo* –, tracei um panorama exaustivo dos quadros jurídicos. No terceiro – este que agora publico –, confiro a consistência do modelo constitucional em diversos campos de atuação do poder, na metrópole e no ultramar.